

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 1.491, DE 2025

Dê-se nova redação aos §1º e §3º do art. 84 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) para vedar o estabelecimento de classificação e segregação dos internos do Sistema Penitenciário por critério de facções criminosas, organizações criminosas e assemelhados.

Autor: Deputado CAPITÃO ALDEN

Relatora: Deputada DELEGADA IONE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.481, de 2025, de autoria do ilustre Deputado Capitão Alden, dá nova redação à lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para vedar o estabelecimento de classificação e segregação dos internos do Sistema Penitenciário por critério de facções criminosas, organizações criminosas e assemelhados.

Em sua Justificação, o nobre Autor argui o seguinte: “a presente proposta legislativa busca reformar a abordagem da execução penal, vedando expressamente a classificação e segregação de presos com base em vínculos a facções criminosas, organizações criminosas ou assemelhados. Fundamentada no artigo 5º, inciso XLVIII, da Constituição Federal, a iniciativa reafirma que critérios como natureza do delito, idade e sexo devem orientar a alocação dos apenados, e não supostas afiliações criminosas. O objetivo é restaurar o papel do Estado como garantidor da segurança, da legalidade e da dignidade no cumprimento das penas, evitando que a administração prisional reproduza ou legitime estruturas paralelas de poder”.



Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso I e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

I - VOTO DA RELATORA

II-1 INTRODUÇÃO

Compete a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) proferir parecer às seguintes matérias: recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas ao crime organizado, narcotráfico, violência rural e urbana e quaisquer situações conexas que afetem a segurança pública; sistema penitenciário, legislação penal e processual penal, do ponto de vista da segurança pública; políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais, de acordo com as alíneas “e”, “f” e “g” do inciso XVI do art. 32 do RICD.

De plano, deixamos claro que a proposição deve prosperar, particularmente com base em nossa experiência por décadas de serviço público e, em especial, na qualidade de “*ex chefe de presídio*”, que a nossa legislação de regência chama de Diretora de estabelecimento prisional.

Portanto, somos favoráveis ao projeto de lei que propõe alterar os §§ 1º e 3º do art. 84 da Lei de Execução Penal, com vista a vedar expressamente a classificação e segregação de pessoas privadas de liberdade por critério de suposta vinculação a facções ou organizações criminosas.

A proposta encontra respaldo na fundamentação apresentada na justificativa do projeto de lei.

II-2. ANÁLISE QUALITATIVA

A redação atual da LEP não impede a adoção de critérios discricionários e não objetivos para fins de classificação e alocação dos internos. Isso tem permitido, na prática, a institucionalização de facções



criminosas dentro dos presídios, na medida em que se concentram presos de um mesmo grupo em alas ou unidades prisionais específicas, reforçando estruturas de comando interno.

A proposta de nova redação busca restringir essa prática, reafirmando o princípio da individualização da pena (art. 5º, XLVI, da CF), o devido processo legal e a presunção de inocência. Além disso, impede que o Estado contribua, ainda que involuntariamente, para a consolidação de estruturas de poder paralelas no ambiente prisional.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer o estado de coisas inconstitucional no sistema penitenciário (ADPF 347/DF), reforça a necessidade de reformas que garantam o respeito aos direitos fundamentais dos presos e contenham a dinâmica criminógena do sistema.

III-3. ANÁLISE QUANTITATIVA

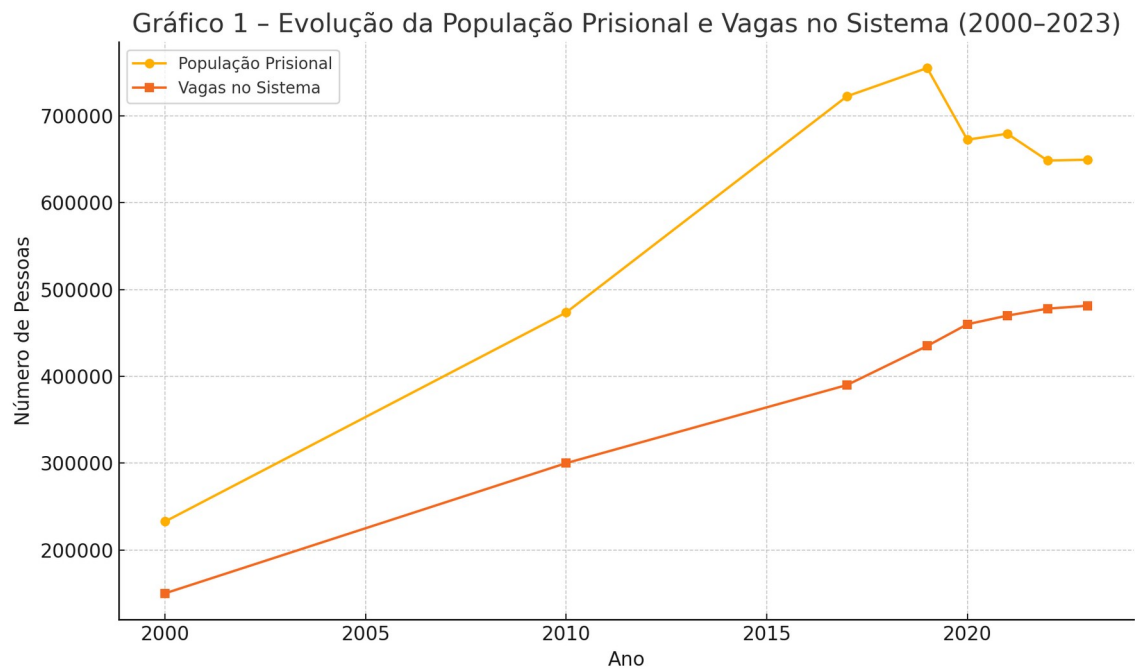
O Brasil possui atualmente 649.593 pessoas presas (2023), mas apenas 481.383 vagas, resultando em um déficit de 168.210 vagas e uma taxa média de ocupação de 135%. O número de mandados de prisão em aberto ultrapassa 331 mil (dados SENAPPEN e PNPCP 2024-2027). Esse cenário de superlotação compromete qualquer tentativa de gestão baseada em segmentação subjetiva de presos por pertencimento a grupos criminosos.

Além disso, mais de 70 facções criminosas atuam no sistema prisional nacional, segundo relatórios do CNJ (2022), sendo o Primeiro Comando da Capital (PCC) estimado em cerca de 30 mil integrantes.

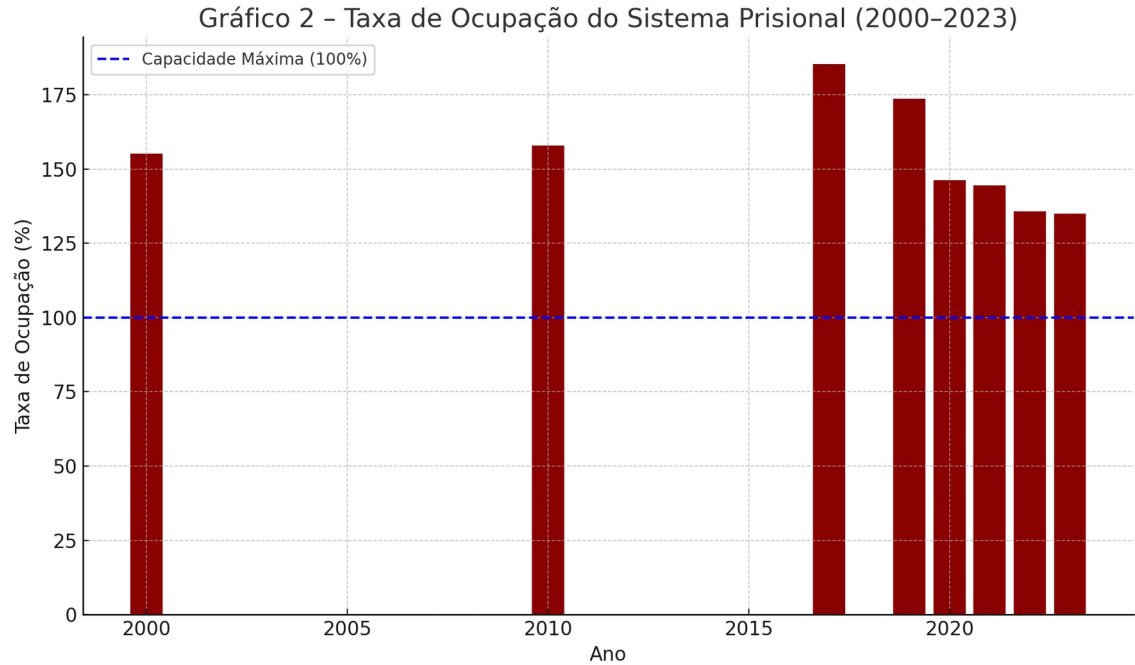
A tentativa de organizar presos por critério de facção não é apenas tecnicamente inviável, mas também contrária ao interesse público, pois consolida o poder desses grupos.

O Gráfico1 mostra o crescimento de mais de 200% nas últimas décadas na população carcerária, sem correspondente expansão de vagas. A segregação por facção, nesse contexto, apenas amplia os riscos de governabilidade do sistema.



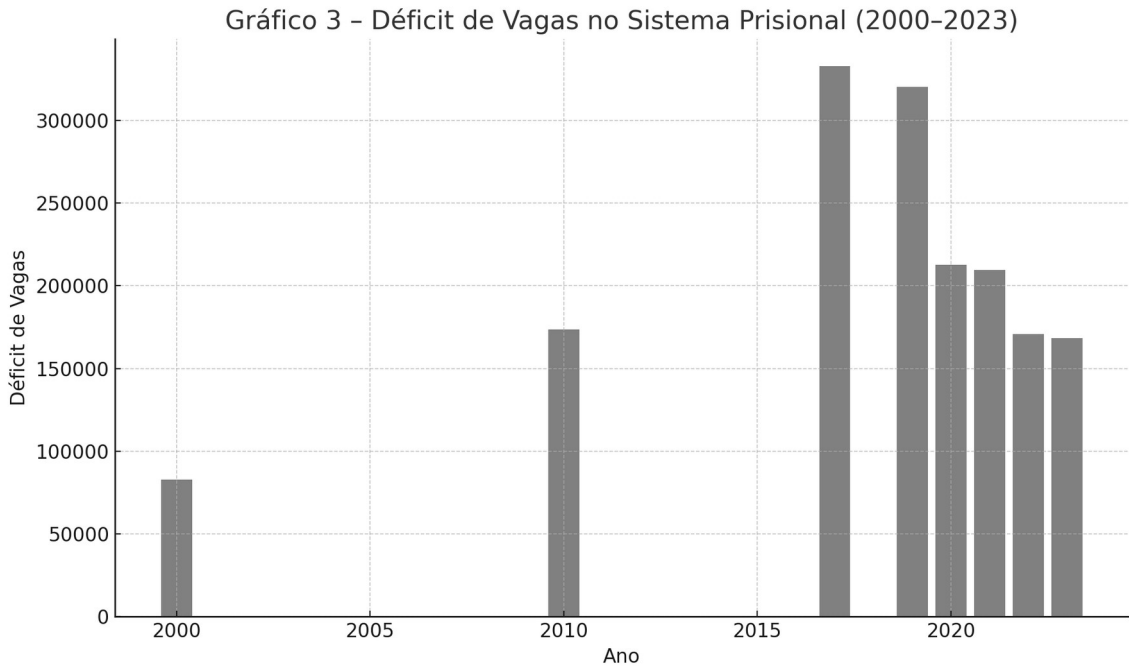


Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (PNPCP) 2024-2027. Elaboração própria com dados públicos.



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (PNPCP) 2024-2027. Elaboração própria com dados públicos.





Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (PNPCP) 2024–2027. Elaboração própria com dados públicos.

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Parlamentar manifesta-se favoravelmente à alterações, nos termos propostos pelo projeto de lei em apreciação. A medida é juridicamente adequada, socialmente responsável e está alinhada com as diretrizes do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária 2024–2027, com a jurisprudência do STF e com os dados oficiais disponíveis sobre a população prisional brasileira. Recomenda-se a aprovação da matéria com urgência, como forma de contribuir para a desarticulação da lógica faccionada nos estabelecimentos penais e para o fortalecimento de um modelo de execução penal humanizado, seguro e efetivo.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), **no mérito**, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.491/25.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada DELEGADA IONE
Relatora



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da População Prisional e Vagas no Sistema (2000–2023)

Gráfico 2 – Taxa de Ocupação do Sistema Prisional (2000–/2023)

Gráfico 3 – Déficit de Vagas no Sistema Prisional (2000–2023)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 347/DF. Relator: Min. Marco Aurélio. DJE 12 out. 2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária: 2024–2027. Brasília: MJSP/SENAPPEN, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/justica/pt-br/assuntos/politica-penal>. Acesso em: jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Panorama do sistema prisional brasileiro: facções criminosas. Brasília: CNJ, 2022.

